



**Comissão de Saúde**  
**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2025.**  
**(Do Sr. Allan Garcês)**

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o objetivo de discutir os danos à saúde mental das famílias e dos presos do 08/01/2023.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Saúde com o objetivo de discutir os danos à saúde mental causados às famílias e aos presos do 8/01/2023, em razão do longo período de encarceramento penal.

Conforme o art. 32, inciso XVII, letra "a", é de competência da Comissão de Saúde, assuntos relativos à "assuntos relativos à saúde em geral;

O encarceramento em massa de pais e mães de família resultante do dia 8 de Janeiro de 2023 tem diversos aspectos sociais complexos, incluindo a desestabilização de familiares de presos, a discriminação e a dificuldade de reintegração na sociedade. As consequências sociais do encarceramento incluem a violência institucional, a superlotação carcerária e a falta de acesso a direitos básicos. Tais ocorrências afetam a saúde mental dos presos e de suas famílias.

Os sintomas depressivos entre pessoas presas é tema frequentemente investigado por profissionais do setor. Refere-se ao humor persistentemente deprimido, à perda de interesse e alegria e reduzida energia, que levam ao aumento da fadiga e à atividade diminuída. Cleriston Pereira da Cunha, preso em Brasília pelos atos de 8 de janeiro, morreu em 20 de novembro de 2024, no presídio da Papuda. Ele tinha 46 anos de idade e deixou companheira e duas filhas.





Em abril de 2024, a Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro chegou a apresentar ao judiciário uma lista de 20 presos que enfrentavam situações graves de saúde e que precisariam ser soltos. Segundo a Associação “parte dessas pessoas enfrenta problemas de saúde, inclusive com risco de morte, ou têm filhos pequenos.”<sup>1</sup>

Nesse sentido, requeiro seja realizada audiência pública com os seguintes

convidados:

1. Dra. Gabriela Ritter Representante da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro (ASFAV);
2. Dr. Sebastião Coelho da Silva, advogado;
3. Representante da Defensoria Pública da União – DPU;
4. Representante do Conselho Federal de Psicologia;
5. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da Comissão de Direitos Humanos;
6. Sra. Jane Duarte, esposa do falecido Cleriston Pereira da Silva, conhecido como Clezão;
7. Representante de entidade civil voltada à promoção da assistência social e apoio a famílias de presos em situação de vulnerabilidade

### JUSTIFICATIVA

A audiência pública ora proposta busca dar voz às famílias dos cidadãos presos em razão dos acontecimentos de 8 de janeiro, cujo sofrimento tem sido invisibilizado no debate público. Trata-se de uma população impactada não apenas pela ausência de seus entes queridos, mas também pela falta de

<sup>1</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/politica/oposicao-pede-a-moraes-soltura-humanitaria-de-20-presos-do-8-1-veja-lista/>





políticas de apoio psicossocial, por dificuldades financeiras e por situações de estigmatização.

A saúde mental desses familiares, especialmente mulheres, crianças e idosos, encontra-se sob risco, exigindo da sociedade e do Estado uma resposta institucional pautada no respeito aos direitos humanos e na promoção da dignidade familiar.

De maneira semelhante, os presos políticos do “8 de janeiro” permanecem encarcerados por um longo período, enfrentando a ausência de suporte psicológico adequado. Pesquisas indicam que fatores como o tempo ocioso, a superlotação dos presídios, a escassez de profissionais de saúde, além de condições estruturais precárias e ambientes insalubres, contribuem para o agravamento do estigma social e funcionam como catalisadores de diversas desigualdades e problemas de saúde, especialmente os relacionados à saúde mental.<sup>2</sup>

Muitas dessas famílias têm relatado dificuldade de acesso a informações básicas sobre o estado de seus parentes, bem como ausência de atendimento por parte dos serviços públicos de assistência social. O isolamento, a incerteza e o medo têm gerado quadros de ansiedade, depressão e outras consequências psicológicas graves, que merecem atenção especial desta Comissão.

Além disso, plural como é, e como deve ser, é dever desta Casa legislativa ouvir os diferentes lados e os impactos humanos provocados por medidas judiciais e administrativas, principalmente quando atingem coletivamente núcleos familiares em situação de vulnerabilidade. A escuta ativa e abrangente fortalece o papel fiscalizador e orientador do Parlamento, permitindo a formulação de políticas públicas mais justas e sensíveis à realidade da população.

Assim, diante da relevância da matéria e da urgência em se promover o debate com profundidade e responsabilidade, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Requerimento.

<sup>2</sup> **ARTIGO** • O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil; Ciênc. saúde colet. 21 (7) • Jun 2016 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016>





Sala das Sessões, 10 de julho de 2025.

Deputado Allan Garcês  
(PP/MA)

Apresentação: 10/07/2025 12:28:35.927 - CSAUD

REQ n.181/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259003226500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês

